



# Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 153.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1976.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ernesto Dal'Oglio. (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara e Trajano Bastos (8).

Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 206/76, veto P A R C I A L, aposto ao Projeto de Lei n.º 07/76, oriundo da Mensagem n.º 27/76, do Poder Executivo, objetivando dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 3 de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria.—

OFÍCIO N.º 101/76

Curitiba, 24 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício n.º 37/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n.º 07/76, por julgar a parte vetada contrária ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Visa o autógrafo dar nova redação ao art. 87 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), dispondo sobre a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil do

Estado. O veto parcial apostado incidiu sobre as expressões “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, constantes do artigo 1.º, da pretendida redação ao § 1.º, do artigo 87, da Lei Complementar n.º 3/74.

O não acolhimento às expressões acima transcritas, que resultam de Emenda dessa Augusta Casa de Leis, decorre de pronunciamento expedido pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, segundo o qual:

“A emenda ao § 1.º, do art. 87, adicionando aos termos do parágrafo a expressão “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, não nos parece de modo a receber nossa concordância.

As demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas nos dispositivos legais da espécie.

A Mensagem não propôs revogação de qualquer preceito que diga respeito a essas vantagens e gratificações.

Assim, entendemos deva ser vetada a expressão “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, no § 1.º - art. 87.”

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Poder Executivo.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 206/76.

Formalmente o VETO está em condições de ser apreciado pelo Plenário, visto ter obedecido as exigências legais.

Quanto ao mérito, porém, não assistem razões ao Senhor Governador, eis que o corte a expressão: “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações” reduz e limita restritivamente o plano de lei. As razões invocadas, data vênua, não conseguem contrapor-se àquelas expendidas no respeitável parecer desta Comissão, quando deu pela procedência de Recursos Humanos que “As demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas nos dispositivos legais da espécie” em nada desnatura a parte final do parágrafo 1.º do art. 87, muito pelo contrário, a expressão “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações” é incisiva para não dar margem à interpretação dúbia. O fato de outras vantagens estarem consubstanciadas em lei, em nada impede que o legislador tenha a acuidade de esclarecer, sempre que possível, quando, como e onde a lei deve ser executada. Assim sendo se além da gratificação de “tempo integral e dedicação exclusiva” outras vantagens e gratificações existem (tanto que estão especificadas em lei), nada obsta que seja formalmente inserido no plano de lei, o cabimento daquelas regalias. Cabe neste caso a amplitude de interpretação ( não restringindo apenas a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva), mas tornando claro e indubitável, que terão direito, nas futuras aposentadorias, além desta, outras vantagens e gratificações, que como bem asseverou o Sr. Secretário de Recursos Humanos, “estão previstas e regulamentadas nos dispositivos legais da espécie”.

Por tais motivos, opinamos pela REJEIÇÃO DO VETO.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir) Sr. Presidente Srs. Deputados.

Quando tramitou por esta Casa o Projeto de Lei n.º 7/76, decorrente de Mensagem Governamental, apresentei emenda, como Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, com o objetivo de propiciar aos servidores policiais civis, que na sua aposentadoria pudessem incorporar, além da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, propostos no projeto, a gratificação relativa a encargos de chefia ou direção, que não vinham percebendo na inatividade, porque o Tribunal de Contas do Estado entende, por justa razão, que os servidores policiais civis, estando sob o regime de um Estatuto próprio, não são abrangidos por normas gerais ou específicas, e em especial, pelo Estatuto dos Servidores Civis do Estado.

Esta emenda foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e tinha a seguinte redação: "Parágrafo 1.º — a gratificação de que trata este artigo, será incorporada aos proventos nas futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com 3 anos ininterruptos ou 5 alternados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, sem prejuízo de outras vantagens e gratificações".

Esta expressão "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações" é que consubstanciou a emenda a que me referi.

Na Comissão de Finanças o Relator da matéria, Deputado Gabriel Manoel, manifestou parecer favorável à emenda substitutiva.

Tal parecer, foi também aprovado pela Comissão.

Posteriormente, encaminhada a proposição à Comissão de Recursos Humanos, o relator da matéria foi o Deputado Jurandir Messias, cujo parecer é favorável ao plano de lei e sua emenda substitutiva, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, o Sr. Governador do Estado veio a vetar parcialmente o projeto e o veto parcial incidiu exatamente sobre as expressões "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações", expressões essas que foram aduzidas ao projeto e seu texto original, através da emenda que já mencionei.

Diz o Governador o seguinte em seu ofício: (Lê): "Visa o autógrafo dar nova redação ao art. 87 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), dispondo sobre a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil do Estado. O veto parcial apostado incidiu sobre as expressões "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações", constantes do artigo 1.º, na pretendida redação ao § 1.º, do artigo 87, da Lei Complementar n.º 3/74.

O não acolhimento às expressões acima transcritas, que resultam de Emenda dessa augusta casa de Leis, decorre de pronunciamento expendido pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, segundo o qual:

"A emenda ao § 1.º, do art. 87, adicionando aos termos do parágrafo a expressão "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações", não nos parece de modo a receber nossa concordância."

E diz ainda: "As demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas nos dispositivos legais da espécie.

A Mensagem não propôs revogação de qualquer preceito que diga respeito a essas vantagens e gratificações"

Conforme ficou evidenciado na leitura do texto desta informação do Sr. Secretário de Recursos Humanos, alude-se aí a que as vantagens e gratificações previstas no projeto e que deveriam ser incorporadas aos proventos de inatividade ao servidor policial civil, já estariam albergadas em outras disposições legais.

Ocorre, todavia, que era imperioso não só que o Sr. Secretário de Recursos Humanos, mas, sobretudo, o Governador do Estado dissesse claramente quais as disposições legais, citando, portanto, a lei através de seu número, como a data, que regulamenta a matéria objeto de emenda que foi aprovada junto com o projeto.

Não bastante isso, ainda que existisse, mas não existe disposição alguma, foi, com muita propriedade, que o Relator do veto na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nilso Sguarezi, emitiu o seguinte parecer:

"Quanto ao mérito, porém, não assistem razões ao Senhor Governador, eis que o corte à expressão: "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações" reduz e limita restritivamente o plano de lei. As razões invocadas, data vênua, não conseguem contrapor-se àquelas expendidas no respeitável parecer desta Comissão, quando deu pela procedência do Projeto e apresentou substitutivo. Quanto à alegação da Secretaria de Recursos Humanos, de que "As demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas nos dispositivos legais da espécie" em nada desnatura a parte final do parágrafo 1.º, do art. 87, muito pelo contrário, a expressão "sem prejuízo de outras vantagens e gratificações" é incisiva para não dar margem a interpretação dúbia. O fato de outras vantagens estarem consubstanciadas em lei, em nada impede que o legislador tenha a acuidade e esclarecer, sempre que possível, quando, como e onde a lei deve ser executada.

Em lei, nada obsta que seja formalmente inserido no Plano de Lei, o cabimento daquelas regalias,

Cabe, neste caso, amplitude e interpretação, não restringindo apenas a gratificação de tempo integral legislação exclusiva, mas tornando claro e indubitável que terão direito às futuras aposentadorias além destas, outras vantagens e gratificações que, como bem observem o Sr. Secretário de Recursos Humanos, estão previstas e regulamentadas nos dispositivos legais, da espécie.

Em relação, portanto a este Veto, há dois aspectos que devem merecer destaque.

O primeiro deles diz respeito ao entendimento manifestado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quando relatou a matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E é de se dar razão a ele.

E que, mesmo que existisse uma norma geral estabelecendo que pelo exercício de qualquer encargo, ou chefia, que fossem remunerados como função gratificada e servidor policial levasse na aposentadoria esta gratificação, nada impede que uma Lei particular, especificamente regulamentadora da atividade administrativa funcional e pessoal do policial civil, se encarregasse de definir dentro do seu próprio texto.

Mas, o importante também, e este é o segundo aspecto, é que não existe nenhuma disposição legal que autorize a incorporação na aposentadoria de função gratificada pelo serviço de qualquer encargo ou chefia pelo servidor policial.

E o próprio Governador do Estado, e seu assessor para assuntos de recursos humanos, o Secretário da pasta que tem o mesmo nome, deram uma clara demonstração de que há dois tratamentos, ou melhor dizendo, tratamentos distintos, para o funcionário público civil, e para o funcionário público policial, no momento em que enviou, simultaneamente, uma mensagem para incorporar, à aposentadoria do servidor público civil, determinadas vantagens, e uma outra mensagem, que é esta, autorizando a incorporação da gratificação do regime de tempo integral de dedicação exclusiva, ao servidor policial.

Por que agiria assim o Sr. Governador?

Para atender ao fato jurídico, incontestado, de que o servidor público é regido pelo seu próprio estatuto. Ali é que estão estabelecidas as suas vantagens, as suas obrigações, e não no

Estatuto do Funcionário Público Civil.

Todavia, não entendeu assim o Sr. Governador. E daí porque veio a vetar o projeto. Mas, a Constituição Federal, em seu Artigo 59, Parágrafo 1.º, diz o seguinte:

"Se o Presidente da República julgar o projeto no todo, ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados daqueles em que o receber".

A Constituição Estadual repete regra idêntica no artigo 28, § 1.º: "Se o Governador julgar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses, vetá-lo-á total ou parcialmente".

Temos, portanto, que o veto não é um ato desvinculado, ao contrário, tanto o Presidente da República quanto o Governador do Estado, em face dos dois dispositivos mencionados, só podem vetar total ou parcialmente um projeto de lei, desde que se fundamentem ou na inconstitucionalidade do projeto ou no fato de o projeto ser contrário aos interesses do Estado. Fora disso, não pode nem o Presidente nem o Governador do Estado, vetar o projeto de lei.

Como a norma a que eu me referi, da Constituição do Estado é idêntica à Constituição Federal, a interpretação que é dada à federal obviamente cabe adequadamente, é compatível com a interpretação que se possa dar a uma norma estadual idêntica.

Segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ao comentar o artigo 59, § 1.º da Constituição Federal, "o veto é a recusa de sanção; é manifestação de discordância do Presidente da República" - troca-se, então, para o Governador do Estado - em relação a projeto aprovado pelo Congresso Nacional - substitua-se por Assembléia Legislativa-. Há de ser sempre expresso - vale dizer, por escrito - formalmente dirigido à Casa Legislativa, e motivado".

Em outra obra, o mesmo autor ao tratar especificamente do processo legislativo, e, neste passo do veto, diz o seguinte: "Mantém a Constituição brasileira o instituto do veto, ou seja, permite ela que o Presidente da República recuse sanção ao projeto de lei já aprovado pelo Congresso, dessa forma impedindo sua transformação em lei. Essa recusa, porém, há de ser fundamentada. Dois são os fundamentos aceitos para recusa de sanção: a inconstitucionalidade e a inconveniência. Aquele, a inconstitucionalidade, um motivo estritamente jurídico, a incompatibilidade por lei mais alta; este, a inconveniência, um motivo estritamente político, envolvendo uma apreciação de vantagens e desvantagens. E, quando o veto, por inconveniência apresenta o Presidente como figura, figura como defensor do interesse público, o veto por inconstitucionalidade o revela como guardião da obra jurídica."

E o que nós vemos em relação a esse projeto de lei é o simples fato de que ele não tem fundamentação. E não se trata de uma argumentação simplista, porque a fundamentação do veto só pode ser, como vimos, calcada em dois motivos ou a inconstitucionalidade do projeto ou a sua inconveniência, vale dizer, a sua colisão com o interesse público ou o interesse do Estado. Ora, nesse projeto, inconstitucional não é a lei apresentada, e tanto isto é verdade que o Governador, nem sequer se abalou em examinar esta questão.

O Sr. Osvaldo Macedo( — Sr. Deputado Accioly Neto, V. Exa. me permitiria um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Accioly Neto, permita-me cair no perigoso terreno da galhofa e dizer que este veto se assemelha a um comportamento de um já folclórico ex-Prefeito do interior do Estado que, diante de um cidadão que chegava à Prefeitura, teria dito:—

— "Aqui, só sei conjugar dois verbos: — O verbo SIM e o verbo NÃO".

Parece-me que o Governador também só sabe conjugar

esses dois verbos a exemplo desse folclórico ex-Prefeito do interior, porque conjuga, para a emenda de V. Exa., o verbo NÃO e não justifica, não fundamenta.

O veto, ao que deduzimos da exposição brilhantemente feita por V. Exa., se assemelha a uma sentença, em que haveria o relatório, a motivação e a conclusão. Não há relatório, não há a motivação, não há conclusão; o fundamento do veto é que o adendo à emenda aditiva, já constaria de legislação vigente. Se já consta, não há prejuízo; se não consta, não haveria razões para ser vetado. O que abunda, não prejudica.

Não há razões, então, para que o Sr. Governador cause estes prejuízos ao nosso tempo e aos trabalhos do Poder Legislativo do Paraná. Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa. e desejava ainda, em continuação, mostrar, claramente, que houve equívoco do Sr. Governador do Estado. Equívoco, a que foi levado pela inabilidade, pelo desconhecimento do Sr. Secretário dos Recursos Humanos o que é, perfeitamente possível, desde que errar é humano, segundo uma frase muito antiga.

Mas, visto que o projeto inconstitucional não é, poderíamos, então, alegar, em argumentação, que ele contraria os interesses do Estado; que ele é inconveniente à ordem pública. Mas, onde está a inconveniência à ordem pública? Onde está a contrariedade aos interesses do Estado, a vigência de normas compatíveis, de normas que se integram, de normas que se interligam, de normas que se completam.

Não há neste passo, forma alguma de nós vislumbrarmos, cristalinamente, o fundamento do veto baseado no aspecto apresentado pelo Governador, de que ele contraria os interesses do Estado.

Mas, não bastasse isto, o Sr. Governador quando após o veto levado pela argumentação do Sr. Secretário de Recursos Humanos, deveria ter o cuidado de perguntar ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos:—

— Afinal, quais são as disposições legais que regulam a matéria que eu vou vetar? Porque a Assembléia haverá de me perguntar; que disposições legais são essas.

Eu não sei, provavelmente ele deve ter feito tal pergunta e o Secretário de Recursos Humanos deve ter respondido: "Eu também não sei, Governador".

Parece-me, com a aquiescência do nobre líder do Governo a quem já vou conceder o aparte, e que isto não lhe pareça forma alguma uma maneira sátira de encarar o problema, que em relação a esse Veto o Governador do Estado deve ter ficado muito inpregnado quando leu a biografia de Bismark. É claro que todo o político deve ter lido, ou pelo menos ouvido falar em Bismark, para não tratar de Maquiavel. E ao grande alemão, certa feita perguntavam como é que conseguia tantos triunfos, quer militares, quer políticos, quer diplomáticos e saiu-se com esta resposta:

— "É simples. Basta sempre, audácia; muita audácia, sempre audácia."

Aqui o que nós temos é exatamente a mesma coisa: Audácia. Audácia com o Poder Legislativo. Porque tem repetido Veto e mais Veto e sempre Veto sem a necessária fundamentação. E nós, diante de tanta audácia, muita audácia, sempre audácia, acabamos cedendo e ele se transforma, em pleno Século XX, no grande Bismark moderno.

Mas não é isso. É que desta vez o grande Bismark cometeu o seu grande erro, porque todo grande homem, quer queira ou quer não, acaba cometendo um grande erro. É que nas outras vezes ainda havia um resquicinho que lhe permitia manter o seu Veto, nesta Casa. Não apenas numa questão de número ou por uma questão de tempo, mas porque a fundamentação do Veto era, de certa forma, aceitável.

Mas, desta vez, não é porque não está fundamentado o

Veto. Não há realmente fundamento e aqui é a grande surpresa do Governador do Estado. Creio que ele deve ter ouvido falar, pelo Secretário dos Recursos Humanos e Pontes de Miranda.

Pontes de Miranda — “Comentários da Constituição de 67, emenda número 01 de 69”.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). V. Exa. tem trinta segundos para concluir.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu já concluo.

“(Lê): — Página 191 — Motivação, com fundamentação do Veto. Os Vetos têm de ter motivo de veto. Não é o Veto o que se emite sem fundamentação. Se o Presidente da República remete o Projeto sem motivar o Veto, o Congresso Nacional não o pode aceitar. Ao Presidente do Senado Federal cabe devolvê-lo ao Presidente da República e talvez já esteja expirada a quinzena a que se refere o artigo 59 — § 2º”.

É o prazo que também consta na Constituição Estadual, artigo 28, § 2º, de que decorrida a quinzena em que o Governador deve se manifestar sobre o Projeto, o silêncio importará em sanção.

Ora, motivado não está o Veto apostado pelo Governador. Decorrida já está a quinzena em que deveria se pronunciar. Logo, houve silêncio do Governador.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Esta Presidência consulta V. Exa. se deverá manter a vossa inscrição para a próxima sessão extraordinária.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu gostaria que V. Exa. mantivesse a minha inscrição, mas gostaria de indagar à Mesa quando será a próxima sessão extraordinária, uma vez que o Veto tem o seu prazo quase extinto, já.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — A Assessoria informa que deverá ser programada uma sessão extraordinária para a próxima 6ª feira, após a sessão ordinária.

O SR. ACCIOLY NETO — 6ª feira a sessão é pela manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Perfeitamente. Após a sessão ordinária, se programará a sessão extraordinária, quando permanecerá em discussão a Proposição, a que V. Exa. se refere.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Encerrada a presente sessão,

marcamos outra para a próxima 6ª feira, após a sessão ordinária desta Casa Legislativa.

Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 154ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1976

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Manoel, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara e Trajano Bastos (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### EMENDA:

#### EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

SÚMULA: Altera as condições de elegibilidade do governador de 35 para 30 anos de idade.

“O inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 42, da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 42 — ...

I — ...

II — ...

III — ser maior de 30 anos”.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Accioly Neto, Edilson Alencar, Ezequias Losso, Ernesto Gnoato, Luiz Roberto Soares, Del Ciel, Deni Schwartz, Adalberto Daros, Fidelcino Tolentino, Antônio Facci, Waldenício Barbalho, Muggiati Filho, Maurício Fruet, Gabriel Manoel, Osvaldo Macedo, Ernesto Dal'Oglio, Lázaro Dumont, Quielse Crisóstomo, Ivo Thomazoni, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Nelson Buffara, 2 assinaturas ilegíveis.

### JUSTIFICATIVA:

As Constituições dos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Paraíba, (artigos 36, 51, 73 e 55, respectivamente) dispõem que um dos requisitos para elegibilidade do Governador e Vice é ter 30 anos de idade.

A Constituição do Estado de Santa Catarina estabelece em 25 anos. (artigo 83).

Já a Constituição dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Acre são omissas.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Resolução números 164/76 e 193/76, ambos referentes a convênios celebrados entre a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos e a Secretaria de Administração.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de hoje, do Senhor JOÃO DA SILVA CAMPOS, pessoa de grande destaque da cidade de Palmas.

O Senhor João da Silva Campos, nasceu a 10/08/1902, em Prudentópolis, Paraná e, com dois anos de idade, transferiu-se com os pais para a cidade de Palmas, onde exerceu a profissão de comerciante desde 1922. Participou da Revolução de 1930, na ala getulista. Foi um dos fundadores do Diretório Municipal do P.S.D. Foi camarista e conselheiro municipal de 1930 a 1934.

Era casado com D. Otilia Stalschmidt Campos. Deixou seis filhos: D. Maria Edite Campos Araújo, casada com Sr. Piratan Araújo; Prelidiana Campos Marques, casada com o Sr. Olímpio Marques; Dr. Graciano de Jesus Campos, casado com D. Dea Carrilho Campos; D. Djanira Campos Guimarães, casada com Dr. Josué Guimarães; D. Itaura Campos Lustosa, casada

com Sr. Sebastião Vieira Lustosa e João Caetano Campos, casa-  
do com D. Elza Pitz Campos. Deixou ainda, 27 netos e 7  
bisnetos.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, dê-se ciência à  
família enlutada, pela perda desse ilustre cidadão que muito rea-  
lizou em prol do progresso e engrandecimento da cidade de  
Palmas.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de atribui-  
ções legais do Regimento Interno, requer após ouvido o Plená-  
rio, seja conferido à Diretoria do Banco do Estado do Paraná,  
voto de aplausos, pela instalação de agências bancárias em  
diversos municípios paranaenses, dentre as quais, notadamente,  
a do município de Ivaí, medida que veio atender antigos anseios  
daquela comunidade e, que por certo contribuirá para o maior  
desenvolvimento da região.

Requer outrossim, seja o presente requerimento levado  
ao conhecimento dos ilustres Diretores do mesmo.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerroga-  
tivas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto  
Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Excelen-  
tíssimos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente da Caixa  
Econômica Federal, sugerindo-lhes que a parcela dentro do valor  
de Cr\$ 54.802.310,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos  
e dois mil, trezentos e dez cruzeiros), arrecadados pela "BOLO-  
TECA", seja depositada em Cadernetas de Poupança ou conver-  
tida em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme foi amplamente noticiado pela imprensa, a  
Caixa Econômica Federal arrecadou a quantia de Cr\$  
54.802.310,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e  
dois mil, trezentos e dez cruzeiros), dos apostadores do concu-  
rso denominado "BOLOTECA".

Acontece que até serem conhecidos os ganhadores do  
mencionado concurso, publicados editais e passado o prazo de  
recursos, deverão decorrer mais de 60 (sessenta) dias, não ha-  
vendo previsão, segundo foi noticiado, para a colocação dessa  
expressiva soma destinada àqueles que conseguirem atingir o  
maior número de pontos.

Essa paralisação do dinheiro, sem render juros ou corre-  
ção monetária, evidentemente virá em prejuízo dos apostadores,  
e, principalmente, dos eventuais ganhadores dessa modalidade  
de loteria esportiva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental,  
após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado aos Exmos.  
Srs. Presidente da República, General Ernesto Geisel e  
Ministro da Educação e Cultura, Ney Amintas de Barros Braga,  
para que seja incluído o ensino religioso, como matéria obri-  
gatória nos currículos escolares, a partir de 1977.

A formação religiosa nasce no lar, e sua continuação  
deverá ser na escola. O ser humano que não tem formação  
religiosa, confunde Deus com o dinheiro, esquecendo-se que há  
um freio chamado consciência, não existindo amor ao próximo,  
o qual está sendo esquecido e marginalizado, pelos que detém

as rédias dos Poderes.

A nossa juventude, depende de nós que somos parcelas do  
Governo, apesar de ser Oposição. Mas como cristão acreditamos  
em Deus e em nossa Pátria, para que formando a juventude,  
ciente e consciente de seus deveres, daremos a nossa Pátria  
parte de nossa parcela de contribuição.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-  
buições regimentais, requer seja enviado à CAFAP — Campanha  
de Combate à Febre Aftosa no Paraná, através da Secretaria da  
Agricultura, o seguinte pedido de informações:

1) Registrou-se, no território paranaense, nos últimos me-  
ses, surto de febre aftosa? Em caso positivo, quais as áreas  
vulneráveis e as possíveis causas da incidência do mal.

2) Quais as providências adotadas com os animais atingi-  
dos pela doença? O número de cabeças e destino dado às mes-  
mas. Se sacrificadas o total das indenizações.

3) No Paraná, a erradicação da Febre Aftosa, vem custan-  
do aos cofres do Estado que montante?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Notícias veiculadas pela imprensa, tem levado a divulga-  
ção, estar a Febre Aftosa disseminado no território paranaense,  
com elevado número de cabeças de gado, já afetadas pelo mal.  
A necessidade de saber-se, com dados reais e concretos, a vera-  
cidade de tais notícias, dispensa justificativas. Ademais, tem este  
Poder que estar devidamente informado, não apenas para cum-  
prir sua finalidade fiscalizadora, mas principalmente para poder  
avaliar, devidamente, a correspondência dos gastos com a  
CAFAP. Por outro lado é de interesse a informação para a pró-  
pria opinião pública, que deve ser tranqüilizada quanto à imuni-  
dade do rebanho bovino paranaense, como principal consumi-  
dora.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-  
buições regimentais, respeitosamente, vem requerer se manifeste  
o Plenário, sobre o seguinte pedido de informações, ao Exmo.  
Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná:

a) Qual a raça, idade, sexo e número de cabeças de gado,  
recentemente adquiridas do exterior, pela Secretaria da Agri-  
cultura?

b) Referido plantel ficará sendo propriedade da Secretaria  
da Agricultura ou será revendido aos criadores que se habili-  
tarem?

c) A Secretaria da Agricultura tem registrada experiência  
anterior, em que comprovou-se, satisfatoriamente, a aclimação  
e desenvolvimento deste tipo racial, ora importado? Quando  
e onde?

d) Qual o custo, por cabeça de rês, para os cofres do Es-  
tado?

e) Qual a característica principal e as vantagens atribuídas  
a este tipo racial a ensejarem sua importação?

f) Não existe, no Brasil, rebanhos da mesma raça, que  
possibilitem igual aproveitamento, sem necessidade de impor-  
tação?

g) A aquisição operou-se em feira, mercado ou exposição?  
Qual a tradição, conceito ou prêmios que possui o criador do  
rebanho ora importado?

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Sem qualquer dúvida são merecedoras de aplausos as iniciativas que visem a melhoria do nosso rebanho animal, cujo desfrute ainda não atinge taxas satisfatórias. Porém, a recente importação de gado efetuada pela Secretaria da Agricultura, criou na imprensa paranaense verdadeiro estardalhaço, sendo manchateados de "BEZERROS DE OURO" ao plantel adquirido, pois segundo consta verdadeira fortuna pagou-se pelos mesmos. Visa o pedido de informações, tão somente, conseguir dados concretos e reais, para que o Poder Legislativo, possa exercer na sua plenitude, a fiscalização necessária e posicionar-se frente à prioridades existentes na administração estadual.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Pausa).

— Não havendo manifestação do Deputado Edilson Alencar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Declinando o Sr. Deputado Ernesto Gnoato, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O prenúncio das eleições de 15 de novembro, caracteriza com antecipação, que vai haver e deverão se registrar, muitas denúncias sobre fatos que caracterizam corrupção eleitoral.

Nem mesmo, se iniciou oficialmente a campanha, já temos algumas denúncias em mãos, documentadas por fotografias de cabos do Estado, que estão a serviço de campanha eleitoral, abertamente. E naturalmente, com motoristas, funcionários do Estado, transformados em cabos eleitorais, distribuidores e coladores de panfletos e programas partidários dos candidatos arenistas.

É evidente, que se formalizadas denúncias daquelas que já recebemos aqui neste Parlamento, teremos que formalizá-las contra abusos cometidos por parlamentares que, naturalmente, revestidos das condições de uso desses veículos, estão abusando acintosamente do patrimônio público, da economia do povo para as campanhas eleitorais.

Pediria, Sr. Presidente, para que se evitasse, que denúncias aqui fossem feitas contra elementos que, como nós, exercem neste Parlamento um mandato de representação popular; pediria que V. Exa. como responsável da Executiva deste Parlamento, fizesse uma sondagem principalmente, nas Secretarias, onde se dispõe de veículos e homens, e aconselhasse pelo menos, que esses Deputados preservassem o patrimônio público, o patrimônio do governo, o patrimônio do povo. Que façam as suas campanhas eleitorais, que façam as suas pregações cívicas e democráticas, que levem as suas mensagens ao povo nesta oportunidade, que o povo espera mensagem sadia e sã, mas que não levem os recursos do governo para esta empreitada, porque devemos acima de tudo entender, que a disponibilidade de recursos do governo, é do povo.

Ainda mais que ouvimos a todo instante queixas e reclamações advindas de todos os lados, firmadas no empobrecimento do povo brasileiro. Mais do que nunca agora, Sr. Presidente, tem que haver respeitabilidade, daquilo que representa o patrimônio do povo.

Espero, e tenho certeza, as providências de V. Exa. para que eu não tenha que, desta tribuna, denunciar e pedir que seja efetuado processo criminal contra aquele Deputado que, porventura, vier a fazer uso de veículos e funcionários públicos do Estado, em suas campanhas eleitorais.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "No último dia 26 foi realizada na sede da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a eleição para a indicação dos Representantes da Lavoura de Café à Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café, em face do atual mandato estar prestes a findar.

Na eleição, que foi feita através dos representantes dos Sindicatos Patronais do Estado, estavam inscritos 15 cafeicultores representando as diversas regiões cafezeiras do Estado.

Nove nomes dos mais votados figuraram na lista que será entregue à consideração do Excelentíssimo Senhor de Indústria e Comércio, Dr. Severo Gomes, o qual de seu livre arbítrio, escolhe três nomes para titulares e três nomes para suplentes, dispensando os demais.

Todos os nomes incluídos na lista são da mais alta capacidade, e dentre eles se destaca o nome de Wilson Baggio que completa o terceiro mandato nesse colegiado.

Wilson Baggio, é sem dúvida um dos agricultores com valiosa bagagem de conhecimentos práticos e teóricos e das mais várias atividades que exerce. É a verdadeira expressão da agricultura paranaense, embora o seu campo de trabalho já o seja em âmbito nacional.

A reeleição desse incansável agricultor, como já bem tem demonstrado, faz com que a voz do Estado do Paraná continue tendo ressonância que alcança junto aos mais altos colegiados dos governos de Jayme Canet Júnior e General Ernesto Geisel, em suas proposições invariavelmente de âmbito geral ou nacional.

Do seu "curriculum vitae" destaca-se os seguintes pontos:

Membro da Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café.

Diretor da Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Cornélio Procópio, sendo seu Diretor fundador.

Presidente do Sindicato Rural Patronal de Cornélio Procópio.

Diretor da APAC — Associação Paranaense de Cafeicultores.

Diretor da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Órgão que congrega todos os sindicatos rurais, patronais do Estado do Paraná.

Membro do Conselho Deliberativo do GERCA — Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura — sede Rio de Janeiro.

Presidente do Conselho Consultivo da Diretoria da PRONASA — Produtores Nacionais S.A. — sede Londrina.

Presidente da COVENTRAL — Cooperativa Central Agrária dos Cafeicultores do Paraná Ltda., — sede em Londrina.

Membro do Conselho Fiscal da Cooperativa de Laticínios Coroados.

Diretor da ALGOSANTO — Algodoeira Santo Antônio — Cornélio Procópio.

Diretor da APAR — Indústria de Papel Ararense S.A. — sede na cidade de Araras - São Paulo.

Diretor da Fábrica Brasileira de Ferramentas S.A. — sede na cidade de Araras - São Paulo.

Diretor da Distilaria Engenho Novo, com sede em Porto Ferreira - São Paulo.

Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Participação em todos os Congressos Nacionais de Café.

Entendemos por isso que a recondução dos verdadeiros líderes em seus postos, aumenta a convicção de que poderemos continuar a desfrutar um clima de trabalho, de ordem, nos campos de todas as atividades em perfeita sintonia com o Governo Estadual e Federal."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.



O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Não pode passar despercebido por esta Casa a denúncia feita na última semana pelo jornal “Gazeta do Povo”, sobre a fiscalização do leite que é vendido à população de Curitiba.

Num esforço digno de nossa melhor imprensa, o jornal mandou fazer análises em um grande laboratório nacional, oferecendo aos seus leitores, como contribuição, uma reportagem atestando a qualidade do leite vendido em Curitiba, onde, algumas marcas receberam o atestado de boas condições para consumo e, outras, lamentavelmente, não apresentavam as condições mínimas exigidas para o consumo.

A contribuição do jornal, na defesa do consumidor, foi muito importante porque alertou para um problema grave que não vinha nem despertando a curiosidade das autoridades responsáveis pela saúde do povo. E na omissão do Governo, a imprensa, com a liberdade que é fundamental para seu posicionamento, veio em socorro do consumidor e mostrou aos seus milhares de leitores que nos Supermercados, nas Mercarias, estão em exposição marcas de leites impróprias para o consumo, com alto índice de contaminação e com problemas de bolor e de coliformes.

Entrevistados, os técnicos do DIPOA, que deveriam zelar pela qualidade dos produtos entregues ao consumidor, vieram a público oferecer argumentos que não convenceram como não poderiam convencer.

Trata-se de um problema da mais alta gravidade num momento em que reconhecemos que está havendo um esforço do Governo para melhorar a qualidade dos produtos.

O leite é fundamental para saúde de nossas crianças e vendê-lo, sem condições mínimas de higiene, é atentar contra a saúde do povo, e é crime contra a segurança deste povo.

Sei que o Governo se prepara para lançar um novo “slogan” para motivar o povo nas eleições de 76.

E posso até sugerir ao Governo que neste “slogan”, coloque prioritariamente a segurança das crianças paranaenses.

Crianças condenadas pela fome.

Crianças condenadas pela água poluída.

Crianças condenadas pela falta de escolas.

Crianças condenadas pela miséria, que perambulam pelas ruas de Curitiba à cata de esmolas.

Crianças agora, condenadas pela má qualidade do leite entregue à população de Curitiba numa demonstração da insensibilidade das autoridades deste Estado para a segurança do seu povo.

Parabéns ao jornal “Gazeta do Povo” que, com sua denúncia, além de alertar aos consumidores, deu ao Paraná, uma demonstração inequívoca da importância de se fazer comunicação social com independência, com autoridade e principalmente com espírito público”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Tendo participado, juntamente com o Vereador Evanir Stival e outros políticos, no domingo último, das inaugurações realizadas pelo Prefeito Saul Raiz, em Santa Felicidade, e também da Festa do Vinho, que lá foi levada a efeito no mesmo dia, não poderia deixar de comunicar aos meus Pares, o êxito daquelas solenidades, que foram além das expectativas.

Estou me reportando a estes acontecimentos, devido algumas notícias desencontradas que estão sendo divulgadas pela imprensa, e que por isso merecem alguns reparos.

Devo lhes dizer que foi grande a euforia tanto do povo de Santa Felicidade, como do grande povo de Curitiba, que acorreu àquele local, pois todos vibraram com a inauguração da nova estrada que liga aquele distrito a Curitiba, cuja necessidade,

aliás, há muito se fazia sentir.

E o nosso dinâmico Prefeito entendeu muito bem isso, pelo quanto que representa a referida estrada para o turismo, pois os turistas de todos os recantos do Brasil e até do estrangeiro, são ávidos em conhecer a cozinha italiana, como uma tradição centenária dos imigrantes italianos que aqui chegaram.

Como homenagem a esses heróicos pioneiros, foi inaugurada a Praça Veneto.

Quanto à Festa do Vinho, não há dúvida de que esteve à altura do que se esperava, pois o bom vinho foi muito procurado, principalmente pelas pessoas de Curitiba, que para lá se dirigiram, com o objetivo de participarem da referida festa, que indiscutivelmente, foi a grande atração, superando em muito as expectativas.

Aliás, merece os nossos louvores o povo de Santa Felicidade, pelos preparativos da referida festa, liderados que foram pelo seu vigário Padre Pedro, que muito se empenhou em favor do êxito da mesma.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Concedo a palavra para falar, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Adalberto Daros. Esta Presidência convida o eminente Deputado Leopoldo Jacomel para presidir a sessão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era intenção nossa usar da palavra na sessão de hoje, todavia, no último domingo quando se realizou em Santa Felicidade, distrito de Curitiba, a tão propalada Festa do Vinho, testemunhamos fatos que, realmente, nos constrangeram, fatos que, no nosso entender, não deveriam ter ocorrido.

Primeiro, queremos nos referir à inauguração da estrada que liga o município àquele distrito. No nosso entender isso deveria mesmo ter acontecido porque o município de Curitiba, através de Lei Municipal, aprovou, há dois anos atrás, o Plano Diretor de Santa Felicidade. Naquela Lei existe um artigo que dá uma dimensão àquele estrada diferente da forma como foi feita.

Segundo, com relação a festa propriamente dita é de se lamentar que os que patrocinaram aquela festa não tivessem dado oportunidade a que todos os produtores de vinho dela participassem.

Por esta razão, no nosso entendimento, foi um verdadeiro fracasso a Festa do Vinho. Lá estivemos e lá vimos que poucas pessoas compareceram, talvez em função da não participação da maioria dos homens que produzem vinho naquela Colônia. Os organizadores da festa deixaram que apenas quatro produtores de vinho tivessem a oportunidade de expor e vender o produto na festa que foi realizada no último domingo. Os demais não puderam sequer se manifestar com relação àquele acontecimento.

Terceiro, a praça que foi inaugurada em Santa Felicidade é digna de ser colocada aqui neste Plenário. Pela primeira vez vemos uma praça ser inaugurada com um declive de 50 graus, com apenas grama e três árvores.

É de se lamentar que tenha acontecido isso. Mas, entende-se porque se fez isso. Foi em função da pessoa que dirige o município de Curitiba que, no nosso entender, veio não para ajudar Curitiba, não em função da pessoa que dirige o município de Curitiba, que no nosso entender, veio não para ajudar Curitiba, não para fazer com que Curitiba cresça, mas apenas para fazer política, como tem feito. A verdade é esta.

Razão pela qual, acredito, aqueles produtores que não puderam expor, aqueles produtores que foram ver a barbaridade na inauguração daquela praça, irão, tenho certeza, no mês de outubro, novembro, realizar eles, uma exposição, e fazer uma nova Festa do Vinho.

Somente isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Sr. Presidente, prezados Deputados.

Esta Casa conhece muito bem a amizade, a estima e o respeito que tenho para com as pessoas dos Secretários, da Educação, e dos Recursos Humanos.

Porém, todo o Paraná tomou conhecimento de meu posicionamento na oportunidade da expedição, da edição, da publicação do Decreto 1495, que dispunha e que regulamentava disposição das aulas suplementares, no Paraná.

Lamentavelmente, este Deputado não pôde sensibilizar o Governo do Estado a não por em prática aquele documento. E, lamentavelmente, a ARENA vai pagar caro nas eleições de novembro. Deveria repetir-se fato pior, aqui no Paraná, agora às vésperas das eleições de novembro, mas felizmente desta vez, houve humildade bastante, houve discernimento bastante e necessário para que o DETRAN não pusesse em vigor, exigências determinadas por duas resoluções do CONTRAN, inoportunas e não indicadas porque contrariam, não pelo fato de estarmos às vésperas das eleições, mas nem ao bom senso sequer atendem. Pior do que isto, que fariam com que o preço da habilitação das carteiras de motoristas fosse à Casa de três ou quatro mil cruzeiros.

Para conhecimento da Casa, vou fazer leitura rápida de dois expedientes do DETRAN dirigidos à CIRETRAN do Paraná.

A circular 17/76 de 10 de agosto de 1976. (Lê): "Curitiba, 10 de agosto. Para conhecimento e execução pelos órgãos do DETRAN, determinam que a partir do próximo dia 16 sejam aplicadas as exigências especificadas no Artigo 28 da Resolução 504/76 do CONTRAN. Conforme aquelas exigências, todos os candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação serão submetidos a exame de suficiência em escola de formação de condutores de veículos automotores, depois de aprovados nos exames de sanidade física, mental, e psicotécnico. Atenciosamente. Diretor do DETRAN".

Já em doze de agosto, dois dias depois, então, um outro expediente, não sei se em forma de circular ou portaria, determinava o atendimento do Artigo 65, Parágrafo único da Resolução 504, já mencionada.

O artigo 28 da Resolução 504 do CONTRAN diz o seguinte: "Poderão requerer exames ao Diretor do DETRAN, independentemente do curso regular em escolas de formação em estabelecimentos e entidades referidos no artigo 4º, desta resolução, os candidatos que se considerarem capacitados para tanto, sujeitos, preliminarmente, aos exames de sanidades física e mental e ao psicotécnico".

O § 1º deste artigo diz o seguinte: (Lê): "A faculdade contida neste artigo só poderá ser utilizada uma vez, através de prova suficiente em estabelecimento de ensino de formação de condutores de veículos automotores".

Entende-se no § 1º deste artigo, que toda a pessoa que se julgasse capacitada para se submeter aos exames para obtenção de carteira de motorista, teria, mesmo assim, e por uma única vez, autorização que lhe seria expedida por uma auto-escola, e só auto-escola, e, se reprovado, como diz o § 3º "nos casos de reprovação aos exames de suficiência, o candidato para habilitar-se à carteira nacional de habilitação deverá submeter-se ao processo normal previsto nesta resolução". E o processo normal que determina a presente resolução implica em determinadas horas-aula para cada candidato à obtenção de carteira nacional de habilitação.

Diz o seu artigo 65, ainda — vou proceder a leitura para conhecimento dos Srs. Deputados, "das provas finais — capítulo 8º — Art. 65: (Lê): "Cumprindo programa de instrução de cada turma, a direção geral da escola ou curso, comunicará ao DETRAN o seu término, para efeito das provas finais de habilitação. § único. A comunicação do término da instrução deverá ser acompanhada da vida escolar de cada aluno e de toda

a documentação referente ao mesmo".

Procedi, Srs. Deputados, à leitura dos expedientes do DETRAN do Paraná, que determinavam o cumprimento desses artigos constantes da resolução citada e dos artigos referidos, para que esta Casa entendesse, pelo menos é entendimento meu, de que em transformações dessa natureza todo o Paraná se veria envolvido sem que as auto-escolas estivessem pelo menos aparelhadas.

Como é que se poderia exigir o cumprimento dessa Resolução 504 às vésperas de uma eleição, se não houvera sido dado, pelo menos, prazo necessário para que as escolas tivessem tempo necessário para se capacitarem para se adequarem à nova exigência.

Felizmente o Deputado Ivo Thomazoni, procurado por nós, e após ter ouvido o que nós pensávamos e entendíamos acerca desta resolução, tomou o Deputado Ivo Thomazoni a iniciativa de manter contato com S. Exa., o Sr. Governador do Estado, Diretor do DETRAN e Dr. Armando Queiroz, Chefe da Casa Civil.

Felizmente, expostos os motivos e as razões pelas quais entendemos bastante para sustação desta nova exigência, fui informado pelo ilustre Deputado Ivo Thomazoni que S. Exa., o Sr. Governador do Estado, teria determinado, já, que estas exigências não fossem feitas pelo DETRAN do Paraná e sustadas as determinações do expediente que acabei de ler. O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Basílio Zanusso, prestando bastante atenção ao pronunciamento de V. Exa., vejo a sua preocupação no que diz respeito ao atendimento da população, no que tange à carteira para motoristas e, também, a sua preocupação com aqueles que vivem do atendimento ao público, para tirar as carteiras.

Só o que não consegui entender, é o que teria a ver esta determinação de o cidadão que queira tirar a carteira de motorista, a ter algumas horas de aulas, nas auto-escolas, o que teria a ver este aspecto com as eleições de 1976, de novembro. Somente isto não entendi e gostaria que V. Exa. justificasse, para que ficasse inteirado, então, de todo problema.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Perfeitamente, Sr. Deputado.

Para seu Partido, seria ótimo; para seu Partido, seria bom demais; talvez, daí, entender eu o silêncio da bancada de V. Exa.

Seria ótimo, para o MDB, que a partir do dia 16 de agosto, que o indivíduo, o cidadão, candidato à obtenção da carteira de motorista tivesse que se submeter, obrigatoriamente, ao invés de se dirigir aos órgãos do DETRAN, às auto-escolas, pagando taxas, sendo ele submetido a determinados cursos e ao cumprimento de horas, quarenta, trinta, não sei quantas horas-aula, o documento não fala, que custaria dinheiro. Custaria dinheiro e, alto.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Basílio Zanusso, V. Exa. fala da resolução do DETRAN, de número quinhentos e quatro, que estabelece determinações, segundo palavras de V. Exa., caríssimas para que o cidadão se torne credenciado para exercer a atividade profissional de motorista. Estamos com V. Exa. quando a manifestação límpida desta preocupação decorre da justificativa de que, segundo V. Exa., para ser motorista profissional, obedecendo às determinações desta resolução, o cidadão teria que dispendar quatro a cinco mil cruzeiros, ou, talvez, muito mais, porque quarenta horas-aula deveriam custar ao aluno, que o transformaria em motorista profissional, no mínimo seis mil cruzeiros. Depois, viriam os emolumentos e despesas configuradas em lei.

Mas, nobre Deputado, o que me preocupa, é quando V. Exa. diz que, por determinação do Sr. Governador do Estado,



não será aplicada esta resolução neste período eleitoral, para que seu partido, a ARENA, não seja prejudicado.

E isto nos leva a preocupar. Será que deste seu pronunciamento não deveremos nós, do MDB, aproveitar para dizer ao povo do Paraná que a lei só não será aplicada agora devido às eleições de 15 de novembro? Porque a resolução vai permanecer de pé. É apenas um pedido, uma solicitação do Sr. Governador para que não se aplique agora.

Vejo na tomada de posição, neste ato, neste expediente do Sr. Governador, segundo as suas palavras, um ato até malsinado, um até de falta com a verdade para com o povo. O que é importante e o que deve ser feito é que se peça, através da forma legal, a nulidade desta resolução. Porque se seu Partido, através do Governador, simplesmente extra-oficialmente deixar de aplicar agora, neste período de dois meses, naturalmente iniciará a aplicação dessa violência a partir de 15 de novembro, porque eu quero deixar bem claro, nobre Deputado, o MDB vai vencer as eleições em todo o Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Apenas para responder, só para dizer ao Deputado Benedito Lúcio Machado, que nos municípios que eu conheço e participo o MDB não vence as eleições. Vence a ARENA.

Mas, o aparte de V. Exa. foi inteligente e oportuno. E eu estaria incorrendo num gravíssimo erro político dizendo dos efeitos desta resolução, se nosso Partido apenas ficasse aí satisfeito com a sustação temporária desta resolução. Tanto é que vou proceder à leitura, para V. Exa. e à Casa, do artigo 1º, que traz os requisitos mínimos para funcionamento das Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores. Então, item 1, 2 e 3. No § 1º, do artigo 1º, diz o seguinte: (Lê): “A exigência constante no inciso 7, deverá ser cumprida pelas auto-escolas atualmente em funcionamento, até 01 de junho de 1977, onde será cassado o registro daqueles que não se aparelharam”.

E o artigo 8º, em seu § 5º, diz o seguinte: (Lê): “As Escolas e os cursos de formação de condutores de veículos automotores, que se instalarem na vigência desta resolução, poderão até 01 de junho de 1977 ter seu Corpo Docente constituído de conformidade com o que determina o artigo 189 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito”.

Assim sendo, nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, a própria resolução cita por mais de duas vezes e admite que as auto-escolas deverão ter um prazo, de até junho de 1977, para se aparelharem. Por que então aplicarmos as exigências desta resolução agora e não em 1977? Porque até lá poderemos todos, através de sugestões e apelos, fazermos com que a presente resolução seja alterada. Concedo o aparte ao líder da bancada, Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Basílio Zanusso, inicialmente devo confessar a V. Exa. que o Governo Federal, através do seu órgão responsável pela disciplinação do trânsito no território nacional, tem preocupações enormes.

As estatísticas e os acidentes que se verificam nas estradas, nas vias públicas, em decorrência principalmente do despreparo dos condutores de veículos, mostram que o número de vítimas fatais e de inválidos é assustador. E de longa data o Governo Federal vem se preocupando em encontrar uma fórmula capaz de melhor capacitar o condutor de veículo, para em favor da própria coletividade, diminuir o número de vítimas. Consequência dos desastres causados pela imprudência, pela imprevidência ou quem sabe até, pela incapacidade dos nossos condutores.

As Resolução 502/504, editadas pelo CONTRAN que é órgão federal, deram ou procuraram dar, normas aos organismos estaduais, capazes de restringir, de dificultar a expedição da habilitação para aqueles que não estivessem altamente capacitados para o exercício da profissão de motorista.

V. Exa. disse bem, eminente Deputado, as auto-escolas, adotadas as determinações dessas resoluções, seriam transfor-

madas em verdadeiras escolas.

Veja V. Exa. que, apenas para suprir as exigências dessas resoluções, uma auto-escola para ser organizada exigiria, a aplicação de um capital da ordem de dois milhões de cruzeiros. Porque só o simulador, a exigência primeira de uma das resoluções, custa hoje na ordem de 600 mil cruzeiros. A auto-escola deveria dispor de viaturas, de porte pesado, com comando duplo, e viaturas de porte médio ou pequenas, todas com comando duplo e, deveria manter um corpo de professores com pedagogia, e os alunos submetidos a aulas de legislação, de sinalização, de motor, de prática, que variam de 55 a 70 aulas num curso.

Lógico, eminente Deputado que nenhuma escola, poderia ser montada se não tivesse uma rentabilidade econômica capaz de garantir a sua sobrevivência. E essa sobrevivência estaria exatamente, na cobrança da hora-aula, a que o aluno obrigatoriamente teria que se sujeitar.

Mas verifiquei no Estado do Paraná, a pretensão de se colocar na liderança das demais unidades federativas, a aplicação dessas resoluções.

Foi daí, eminente Deputado, que a liderança entendeu que deveria ouvir as preocupações dos Deputados Estaduais, e procurar fazer com que o Paraná se enquadrasse, se alinhasse, na preocupação dos demais Estados.

Por que o Estado do Paraná ser o primeiro a se preocupar na aplicação do dispositivo dessas resoluções?

São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais, e todos os outros Estados estavam aguardando junho, julho de 1977, para aplicação das resoluções.

O Paraná correu na frente. Correu tanto que já tínhamos impressas as “fichas azuis”, para atender o artigo 28, da Resolução 540.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Exato. “Para efeito do parágrafo anterior, o candidato estará sujeito ao pagamento, ao estabelecimento de ensino, de uma taxa de suficiência, aprovada pelo DETRAN.

O Sr. Ivo Thomazoni — Então veja V. Exa. a nossa preocupação: poderia o candidato chegar à auto-escola e considerar-se auto-suficiente para prestar exame no DETRAN.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). A Presidência comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa.

No entanto, se o Líder da ARENA lhe conceder o tempo que lhe é reservado, V. Exa. terá mais 15 minutos para concluir, sua oração.

O Sr. Ivo Thomazoni — Perfeitamente. Concedo o tempo que me é reservado ao Deputado Basílio Zanusso, eminente vice-Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Nessas condições, a Presidência concede ao Deputado Basílio Zanusso mais 15 minutos.

O Sr. Ivo Thomazoni — Continuando, nobre Deputado, neste diálogo elucidador, devo adiantar que o DETRAN preocupando-se para que não houvesse exploração, por parte das auto-escolas, do candidato a motorista, acertou com o Sindicato, que as auto-escolas cobrassem uma taxa de 120 cruzeiros, como taxa de inscrição.

Essa taxa de inscrição, paga à auto-escola, determinaria à auto-escola preencher a “ficha azul”, que seria encaminhada ao DETRAN e com a qual era submetido o candidato ao exame de suficiência.

Ocorre, porém, nobre Deputado, que as auto-escolas, submetiam o candidato a um exame prévio. Porque: primeiro, o candidato encaminhado e reprovado, teria a reprovação levada à conta do passivo da auto-escola. Porque, a própria resolução diz: “a auto-escola que não alcançar o índice de aprovação mínimo de 80 por cento dos alunos, será tida como incapaz e sujeita à suspensão de suas atividades e até o fechamento de suas portas”.

Então, veja, nobre Deputado, que o legislador procurou se cercar, para que o candidato só comparecesse ao DETRAN já em boas condições para se submeter aos exames.

E daí, fatalmente, se reprovado quando encaminhado com a "ficha azul", ele só poderia voltar ao DETRAN de posse da ficha branca que é aquela que declara que o candidato concluiu o curso de 50, 70 horas-aula, de legislação, sinalização, tráfego, etc. Seria, então, talvez, um curso muito mais oneroso que os cursos de madureza, que possa vir a pretender qualquer brasileiro.

Mas não houve, portanto, preocupação iminentemente política do Governo do Estado.

A preocupação foi também de ordem social.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — A dúvida foi minha.

**O Sr. Ivo Thomazoni** — Perfeitamente.

Essa preocupação de ordem social estava caracterizada numa exigência das autoridades da Secretaria de Segurança.

Por que, como submeter o profissional do volante, muitas vezes analfabeto, semi-analfabeto, sem recursos, que vive da sua profissão, ganhando pouco para sustentar sua prole, a um curso que onera tanto?

Então, as auto-escolas acertaram com a Secretaria de Segurança que ministrariam esses cursos gratuitamente, desde que o cidadão apresentasse atestado de miséria.

Ocorre que, às vezes, o cidadão tem um pedacinho de chão, por menor que fosse, uma meia água, por mais desvalorizada que fosse, estaria impedido da obtenção deste estado de miserabilidade, porque fatalmente teria que cair no pagamento das custas.

Posso adiantar a V. Exa. que a nossa bancada na Câmara Federal já está informada de nossa preocupação, da preocupação de V. Exa. que foi o primeiro a se manifestar e já está mantendo contatos com a área do Governo Federal responsável por esse setor, para que essa resolução seja modificada e de forma a ser enquadrada à nossa atualidade.

Deus queira que isso seja possível para que todos estejam mais tranquilos quanto à possibilidade de cada um alcançar o que deseja neste terreno.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — Agradeço o aparte de V. Exa. e a concessão dos 15 minutos da liderança.

A preocupação é geral, desta Casa e de todos os brasileiros, quanto ao número de acidentes que acontecem diariamente.

É necessário que diminua esse número de acidentes, e a forma mais efetiva para que esse número caia, talvez seja a melhor habilitação dos motoristas, uma instrução melhor.

E é o que objetiva a Resolução 504, sem dúvida alguma. Com isso concordamos.

Mas, discordamos e não podemos aceitar que o objetivo desta resolução implique principalmente no alto custo do documento.

O Governo pode baixar nessa resolução normas e exigências que poderão atender muito bem o objetivo principal qualificação melhor dos motoristas - mas sem onerar tanto.

É preocupação nacional a inflação.

É preocupação constante.

Aí é que está um dos motivos pelos quais o Governo Federal deve pensar, analisar esse documento, essa resolução, antes de ser posta em prática, porque eleva, em muito, o custo do documento.

**O Sr. Deni Schwartz** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, minha preocupação V. Exa. já esclareceu foi com relação à inoportunidade da implantação desse sistema.

Porque, realmente, eu não poderia esperar de sua inteligência que estivesse na defesa, apenas pela não oportunidade, pelo fato de estarmos às vésperas da eleição.

Seria absurdo que defendêssemos o adiamento da implan-

tação desse sistema apenas por antes ser da eleição.

Seria um desdouro à sua inteligência, essa defesa.

Mas falou-se muito em acidentes e a preocupação do Governo em evitá-los.

Mas pretende o Governo evitá-los, criando mais um sistema educacional pago.

Para ser motorista há necessidade de passar por uma escola paga.

Onde está o ensino gratuito para aqueles que vão trabalhar de sol a sol, transportando nossas riquezas?

Mas isso não é nada.

O que faz o grande número de acidentes neste País é a fome.

É o salário baixo, é aquilo que da tribuna já denunciei.

Motoristas de ônibus que ficam seis meses viajando todas as noites sem descanso, fazendo viagens, às vezes sozinhos, como fui testemunha e da tribuna denunciei.

O que faz a grande maioria dos acidentes é a política econômica deste Governo que não tem coragem de enfrentar as multinacionais que fazem carros como a Volkswagen.

O Volks não tem capacidade de entrar nos Estados Unidos porque apresenta 98 defeitos, 98 itens deste carro ofendem as leis de segurança deste País.

No Brasil manda-se colocar cinto de segurança mas, até hoje, o brasileiro não usa o cinto de segurança porque não foi feita uma campanha dizendo o motivo porque ele deve ser usado.

O que temos que fazer é atacar a base. Ficarmos criando entidades ou meios, como são as auto-escolas, de nada resolverá o problema.

O que pretendemos é dar melhores salários aos motoristas; criar uma fiscalização mais rigorosa que atinja os magnatas do transporte coletivo.

Está aí a denúncia de há poucos dias, que, para renovar a frota dos transportes coletivos de Curitiba levar-se-á vinte anos.

Os magnatas só se interessam em defender os seus interesses.

Isto, Deputado Basílio Zanusso, precisa ser dito.

Realmente, fazer leis é fácil, fazer decretos é fácil, o difícil é implantar e fazer valer.

Criou-se o psicotécnico, e os acidentes continuaram porque as nossas estradas são mal feitas.

Como engenheiro posso dizer isto.

As pontes criminosas existentes na estrada que vai de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, tão contestada por homens do seu Partido como Hermes Macedo, até hoje não foram recuperadas.

Foi oportuna a vinda de V. Exa. à tribuna na tarde de hoje para falar a respeito dessa resolução.

De nada adiantará.

As auto-escolas, provavelmente, irão ficar mais ricas e aqueles que necessitam dirigir e transportar as nossas riquezas ficarão, provavelmente, mais pobres.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — Deputado Deni Schwartz, concordo, em parte, com as palavras de V. Exa., principalmente no que diz respeito à falta de fiscalização nos veículos e aos vencimentos recebidos por esses motoristas.

Não só V. Exa., Deputado Deni Schwartz, como o Deputado Lúcio Machado, definiram a preocupação eleitoral do Governo.

Creio que esta preocupação eleitoral foi minha, foi da nossa bancada, foi de todos quantos tiveram conhecimento dessa resolução, inclusive do MDB.

Enquanto o Sr. Presidente da República visita todos os Estados do País dizendo que é arenista e que está preocupado com a vitória de seu Partido; enquanto vemos o Governador Jayme Canet, a semana inteira trabalhando no Palácio Iguaçu de manhã à noite e nos fins de semana viajando ao interior para visitar obras, para inaugurar algumas e para iniciar outras, afirmando, também, que está preocupado com a vitória da ARENA; enquanto nós Deputados Estaduais, Federais, Vere-

dores, candidatos pertencentes ou não ao Partido, todos, cada um de nós dá um pouco do nosso esforço pelos menos e quando muitos se entregam de corpo e alma na campanha eleitoral, não podemos admitir que, às vésperas de um pleito eleitoral, documento como esse seja apresentado e exigido.

Não podemos concordar.

Sou da ARENA, ninguém é mais coerente com o Partido do que eu.

Somente pertenci a dois partidos políticos, PSD e ARENA.

Sou coerente. A minha conduta partidária nesta Casa é conhecida, como é conhecida a minha vivência partidária política no Interior.

Não concordo e muitos arenistas não concordam que agora, às vésperas de um pleito eleitoral, sem que para isso fôssemos pelos menos, comunicados não podemos concordar que isto seja feito, aplicado e exigido ao povo paranaense.

Por isso é que venho aqui, para agradecer a interferência do Deputado Ivo Thomazoni, levando os reclamos da bancada, junto ao Sr. Governador; e consegui desta vez, a humildade bastante do DETRAN, do Governo, para que fossem sustadas estas determinações por desaconselháveis que são, por inoportunas que são.

Agiu bem o Governo do Estado.

Venho aqui para isto, para cumprimentar Jayme Canet, e esta Liderança tão bem representada na pessoa de Ivo Thomazoni.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado Basílio Zanusso, me concede um aparte?

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — Concedo, Gabriel Manoel, antes ao Deputado Nilso Sguarezi, que havia solicitado, Posteriormente darei a V. Exa.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Deputado Basílio Zanusso.

Eu, inicialmente desejo cumprimentar V. Exa., pela posição firme adotada não apenas hoje neste episódio.

Lembro-me bem quando do surgimento do malsinado Decreto 1.495, V. Exa. foi um dos primeiros a alertar o Governo das possíveis consequências que ele traria à classe do Magistério.

Apenas para reforçar então, de que, V. Exa. aborda com muita propriedade este assunto e numa posição que acredito não seja apenas agora, de véspera de eleição.

Tenha certeza que lutaremos nesta Assembléia com o seu posicionamento, posterior ao pleito, para levarmos ao Governo Federal e aos responsáveis por esta resolução, a verdadeira impossibilidade de implantá-la na prática.

**O SR. PRESIDENTE** — (Leopoldo Jacomet) — Comunico ao orador que está na tribuna, que seu tempo está esgotado e lhe concedo mais um minuto para a conclusão de sua oração.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Concluirei, objetivamente.

Veja V. Exa., que a reforma do ensino do Brasil também ficou no papel.

Esta resolução, conforme esclareceu o Líder do Governo, não tem condições de se implantar na prática porque no Paraná teriam duas escolas, no máximo, que teriam condições de preencher os requisitos da lei, o que quer dizer, em Curitiba.

Então, todo o resto do Estado vindo para Curitiba para fazer carteira, seria uma aberração.

O que acontece no Brasil de hoje, e V. Exa. tem muita razão, isto é revoltante para o político, nós na Oposição nos revoltamos é contra estas medidas que não têm a menor possibilidade de serem implantadas na prática.

Como disse V. Exa., o Presidente da República, que é um homem do vosso Partido, que vem de município em município a angariar votos para a Arena, encontra obstáculos gigantescos para ultrapassar medidas como estas, que destoam até da sensibilidade dos brasileiros.

O que acontece no Brasil?

Por que estas medidas?

Quem são os super cérebros que estão a implantar e fazer leis que na prática são impossíveis de serem implantadas?

É a grande pergunta, Deputado Basílio Zanusso, e sei que contaremos com V. Exa. no futuro, para denunciar sempre, de que o Poder desta Nação deve voltar aos políticos, homens de sensibilidade, não apenas nas vésperas das eleições mas após o pleito, para levar ao Governo de que é necessário acabar com a tecnocracia, como disse ainda na última semana o Senador Accioly Filho; “encheram este País de Leis, que na prática são impossíveis de serem implantadas.”

Este é mais um exemplo. Muito obrigado.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — Agradeço o aparte de V. Exa. e antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Deputado Gabriel Manoel que estava inscrito antes que eu e me permitiu que fizesse uso da palavra neste instante, e concedo-lhe um aparte por um minuto, por favor, até que o tempo se esgote.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Agradeço a V. Exa., como vejo, um parlamentar combativo, olhando para os interesses do povo. Quando fala em antevéspera de eleições, como sabemos nós, como sabe o Paraná, como sabe o Brasil, a vida do parlamentar é uma ante-véspera de eleição constante.

Porisso, acreditamos e queremos nos parabenizar com V. Exa., quando fala em ante-véspera de eleições.

Nós vivemos diuturnamente a fazer política, como V. Exa. procurando aprimorar o seu serviço em benefício do Paraná e de sua gente.

Esse cuidado, que teve antes das eleições, o Governo há de ter também após as eleições, porque a nossa vida de parlamentar e de político, tanto da ARENA, como do MDB é uma constante ante-véspera de eleições.

Deputado Basílio Zanusso, continue assim, para que continuemos a admirar V. Exa., um dos mais combativos Deputados Arenistas, que temos a honra de ouvir, de escutar, as suas atitudes honestas, leais, em prol do povo do Paraná.

Jayme Canet Junior é um homem que deve ser lembrado porque este Governador atende os apelos e os reclamos de nossa gente.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Basílio Zanusso e aceite as minhas congratulações.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO** — Eu é que agradeço.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Leopoldo Jacomet) — Concedo a palavra à Liderança do MDB.

**O SR. OSVALDO MACEDO** — Sr. Presidente, usará do horário reservado à Liderança do MDB o nobre Deputado Valter Pietrângelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Leopoldo Jacomet) — Com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, por designação do Líder do MDB.

**O SR. VALTER PIETRÂNGELO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Em que pese as informações que têm chegado a este parlamentar, de que S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior tem, em suas visitas ao Interior, cometido crimes ab-

surdos contra o nosso Código Eleitoral, só agora que nós vimos à Tribuna desta Casa propor uma denúncia, por termos assistido pessoalmente a uma dessas manifestações de S. Exa.

Pois, Sr. Presidente, acontece que, na forma da Resolução número 10.050/73, do Tribunal Superior Eleitoral, artigo primeiro, parágrafo primeiro, "a propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha pela convenção partidária". Artigo 240 do Código Eleitoral: (LÊ) "Aos dirigentes partidários, à política, ao Supremo mandatário do Estado, compete também o cumprimento, ao juramento prestado quando de sua investidura". O artigo 43, parágrafo primeiro da Constituição Estadual".

É certo também que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, para punir, na forma da lei, pelos abusos cometidos.

No caso que vamos relatar, especificamente, de Santa Izabel do Ivaí, verifica-se, Sr. Presidente, que a visita do Sr. Governador transformou-se em comício, com pronunciamentos de caráter político-partidário, evidenciando propaganda eleitoral às eleições de 15 de novembro de 76, por parte do Sr. Marcos Vellozo, ou Marcos Léo de Albuquerque Vellozo, aspirante ao cargo de Prefeito daquele município, e que por parte do Exmo. Sr. Jayme Canet, Governador do Estado do Paraná, indicando ao eleitor, aos presentes, o Sr. Marcos Vellozo, como seu candidato e, para ele, solicitando os votos.

Como a convenção partidária não deliberou, inexistindo, portanto, candidatos a cargos eletivos, toda propaganda eleitoral desenvolvida nesse município pela ARENA, é ilegal, pois contraria disposição expressa de lei.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve excesso; pelo excesso, responde cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer conforme estabelece a Constituição Federal, artigo 153, parágrafo oitavo.

Poder-se-ia até argumentar que o pronunciamento político do "aspirante a candidato" teria induzido o Governador em erro, d'onde o seu pronunciamento, porém, é princípio basilar de direito que, IGNORANTIA LEGIS NEMINEM EXCUSAT" e, que seria confissão não condizente com a tradição paranista, admitir-se, para efeito de minimizar responsabilidades, que o Governador do Estado, do Estado do Paraná, desconhece a lei.

Da análise dos elementos que fundamentam a presente consulta, cumpre concluir, Sr. Presidente, que os pronunciamentos de caráter político-eleitoral levados a efeito no palanque oficial quando da visita do Exmo. Sr. Governador do Estado a Santa Izabel do Ivaí, configuram propaganda eleitoral realizada "contrário sensu" ao disposto na legislação específica, portanto, ilegal e passível de constituir figura típica penal.

2. A propaganda nesses termos contraria o disposto no artigo 240 do Código Eleitoral e artigo primeiro, parágrafo primeiro da Resolução número 10.050/76, do T.S.E., constituindo-se infração penal cujo grau mínimo de pena não se acha expressamente estabelecido.

3. Por força do disposto no artigo 284 do Código Eleitoral e artigo 27 da pré-citada resolução, "quando não indicado o grau mínimo da pena, entende-se que ele será de quinze dias para detenção e de um ano para reclusão".

4. A Comunicação ao Juiz Eleitoral da Zona onde a infração penal cometida na propaganda eleitoral se verificar, por força do disposto no artigo 356 do Código Eleitoral e artigo 25 da mencionada resolução constitui-se em dever do cidadão que, dela tiver conhecimento.

5. A qualidade de um dos agentes, todavia, pela prerrogativa do cargo, entendemos, recomenda o conhecimento ao Plenário da Casa Legislativa da mesma Unidade Administrativa, para as providências do artigo 22, ítem IV, da Constituição Estadual - "in casu".

Por isto, Sr. Presidente, é que este Deputado, lendo aqui o artigo 88, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que diz: "Nenhum receio de desagradar a Juiz ou a qualquer Autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deterá o advogado no cumprimento das suas tarefas e deveres", é que, baseado na documentação que encaminharei a esta Presidência, da qual se sobressai resposta à consulta que fizemos ao brilhante advogado, Dr. Carmino Donato Junior, autoridade, de comprovada lucidez e respeitabilidade em assuntos de consultoria pública e eleitoral, é que decidimos, em face da gravidade do ato, investido das qualidades de advogado do povo, por delegação popular, de fiscal das ações do Poder Executivo, de vigilância à obediência, às nossas mais sagradas instituições e de integrante desta Casa de leis, decidimos propôr, Sr. Presidente o seguinte requerimento. (Lê).

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer, após ouvido o Plenário, que esta Casa de Leis represente contra ato de natureza criminal no exercício da propaganda eleitoral, praticado pelo Governador Jayme Canet Junior e pelo senhor Marcos Léo de Albuquerque Vellozo, ex-prefeito do município de Santa Izabel do Ivaí.

Este Deputado testemunhou pessoalmente o Senhor Marcos Vellozo pronunciar discurso eleitoreiro, cerca de 15 horas do dia 28 de agosto, pedindo votos para si, como também, o Senhor Governador Jayme Canet Junior, enfaticamente, convocando publicamente os eleitores de Santa Izabel do Ivaí a prestigiarem a ARENA, "votando em nosso candidato e companheiro Marcos Vellozo, o Marquinhos", disse. Os pronunciamentos foram realizados em praça principal da cidade, no dia seguinte ao estipulado como prazo fatal para realização de convenções para escolha de candidatos ao pleito que se avizinha, e perante acentuada concentração popular.

Ocorre, Senhor Presidente e Nobres Deputados, que, segundo comunicação feita por escrito e dirigida pelo advogado José Dias Delgado, Presidente do Diretório Municipal da ARENA de Santa Izabel do Ivaí, ao Meritíssimo Juiz Eleitoral, comprova-se que a ARENA realizou a Convenção programada para a escolha dos nomes que concorreriam à sucessão dos cargos eletivos tanto do Executivo como do Legislativo, sem que ao seu término, às 24 horas do dia 27 de agosto, houvesse atingido o "quorum" necessário para votação, apuração e conseqüentemente, a proclamação dos nomes de candidatos a Prefeito, Vice e Vereadores naquele município, conforme atesta documento anexo, já fixado em Edital, no edifício do Fórum da Comarca de Santa Izabel do Ivaí, firmado pelo Dr. José Dias Delgado, presidente da ARENA no município e já dado como "recebido" pelo Escrivão Eleitoral da 94ª Zona, Senhor José Bispo Damasceno, com a determinação de "fixe-se em edital", de ordem do MM. Juiz de Direito da Comarca.

Nestas condições, tanto o Senhor Marcos L. de Albuquerque Vellozo como Sua Excelência o Senhor Governador do Estado praticaram claro e insofismável ato de natureza criminal, em flagrante desrespeito ao Código Eleitoral Brasileiro.

Baseado na documentação anexa, da qual se sobressai resposta à consulta que fizemos ao brilhante advogado Dr.

Carmino Donato Júnior, autoridade de comprovada lucidez e respeitabilidade em assuntos de consultoria pública e eleitoral

é que decidimos, em face à gravidade do ato, investido das qualificações de advogado do povo por delegação popular, de fiscal das ações do Poder Executivo, de vigilante da obediência às nossas mais sagradas instituições e de integrante desta Casa de Leis: **PROPOR QUE**

Esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na obrigatoriedade de atuar sob o Império da Lei, denuncie tais arbitrariedades junto ao Poder Judiciário, exigindo o cumprimento da Lei na punição dos infratores, os Senhores Jayme Canet Júnior, Governador do Estado do Paraná e Marcos Léo de Albuquerque Vellozo, ex-Prefeito do município de Santa Isabel do Ivaí.

Requeiro também que a resposta à Consulta firmada pelo emérito advogado, doutor Carmino Donato Júnior, seja inserida em sua totalidade, na Ata dos trabalhos desta Casa.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1976.

(a) **VALTER PIETRANGELO**.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à **ORDEM DO DIA**,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezzi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente.

Será publicada no Diário da Assembléia, em avulso, para distribuição aos Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 89/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 51/76, Mensagem número 155/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Sertãozinho, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual "Monteiro Lobato" e da Casa Escolar "Antonia Fernandes" da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 90/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 61/76, Mensagem número 03/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá, objetivando execução de reparos em diversos prédios de estabelecimentos de ensino na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 91/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 63/76, Mensagem número 05/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Assis Chateaubriand, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 92/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 65/76, Mensagem número 07/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e Bem Estar Social e a Secretaria do Interior, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitário da sede do referido Município. Parecer

favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 93/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 67/76, Mensagem número 09/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a do Interior, com o município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 95/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 79/76, Mensagem número 25/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Jataizinho, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar "Joana H.M. Borba" na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 96/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 110/76, Mensagem número 33/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São Mateus do Sul, objetivando execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual "Duque de Caxias" da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 99/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 117/76, Mensagem número 38/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Interior, com o município de Fóz do Iguaçu, objetivando reconstrução do prédio onde funciona o Grupo Escolar "Almirante Tamandaré", na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 103/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 182/76, Mensagem número 45/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 105/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 178/76, Mensagem número 44/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura do município de Londrina, visando a implantação dos serviços de prevenção, combate a incêndios, busca, salvamento e outras calamidades na área do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 10/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 144/75, que aprova a prestação de Contas para financiamento do Convênio de Assistência à Saúde, firmado entre a Caixa Beneficente da Assembléia Legislativa e a Paraná Clínicas Limitada, referente aos exercícios de 1971, 1972 e mês de janeiro de 1973. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

Comissão de Tomadas de Contas  
Projeto de Resolução N.º 10/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único: Fica aprovada a prestação de contas referente a aplicação dos recursos repassados pela Assembléia Legislativa para financiamento do convênio de assistência à saúde firmado entre a Caixa Beneficiária dos Funcionários da Assembléia Legislativa e a Paraná Clínicas Limitada, nos exercícios de 1971, 1972 e mês de janeiro de 1973.

Sala das Comissões, em / /

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Basílio Zanusso, Relator.

Comissão de Tomada de Contas

Parecer à Proposição n.º 144/76.

A presente Proposição sob o número 144/75, é oriunda do ofício número 68/73, de 9/3/73, do Presidente da Caixa Beneficiária dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (Cabenfale), encaminhando prestação de contas das verbas referentes ao financiamento do convênio de assistência à saúde, firmado com a Paraná Clínicas Ltda., nos exercícios de 1971, 1972 e janeiro de 1973.

Do processo constam vários documentos e demonstrativos, os quais se encontram em ordem e perfeitamente regulares.

Sendo assim, está a matéria em condições de ser apreciada por esta Comissão de Tomada de Contas, e o nosso parecer é pela aprovação da Proposição em análise.

Sala das Comissões, em outubro de 1975.

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Basílio Zanusso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 40/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a “ESCOLA ESTADUAL DE EQUITACÃO”, com sede e foro nesta capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Projeto de Lei n.º 40/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a “ESCOLA ESTADUAL DE EQUITACÃO”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(a) Paulo Camargo.

#### JUSTIFICATIVA:

Os Estatutos da Escola Estadual de Equitação, e a documentação que anexamos ao presente, esclarecem as suas reais finalidades, bem como comprovam estarem preenchidos todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Incluimos, também, a detalhada exposição de motivos preparada pela Presidência da Escola, que melhor exemplifica e fundamenta as linhas ordenadoras deste exemplar estabelecimento de nosso Estado.

Com isso, temos a certeza que o presente Projeto de Lei contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 40/76.

De autoria do Nobre Deputado Paulo Camargo, o presente

Projeto de Lei número 40/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Escola Estadual de Equitação”, com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, bem como a justificativa que o acompanha e a documentação anexa, vemos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação Estadual e Federal reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 71/76, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de utilidade pública o “DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Projeto de Lei n.º 71/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1976.

(a) Luiz Carlos Zuk.

#### JUSTIFICATIVA:

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Ponta Grossa, é uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade estudantil daquela progressista cidade.

Os Estatutos da entidade que anexamos ao presente, traduzem e apresentam detalhadamente as suas reais e precípuas finalidades, bem como comprovam o preenchimento de todos os requisitos legais e exigidos pela Legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Isto exposto, é que apresentamos o presente projeto de lei que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça

Parecer ao Projeto de Lei n.º 71/76.

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede e foro na mesma cidade.

A entidade acima presta, sem dúvida, inestimáveis serviços à classe estudantil da cidade de Ponta Grossa e a documentação que instrui este processo preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não fere, este plano de lei, nenhum dispositivo quanto ao aspecto constitucional ou legal.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator.



1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 75/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina "CORONEL FABRICIANO DO REGO BARROS", ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 75/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica denominado "CORONEL FABRICIANO DO REGO BARROS", o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

O Coronel do Exército, Fabriciano do Rego Barros, cujo nome se propõe seja dado ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Estado, teve a mais destacada atuação na vida político-administrativa do Paraná, destacando-se entre outras as seguintes atividades:

a) Participação ativa na retomada da cidade de Castro, ocupada pelas forças da revolução federalista de 1894, após denominada a heróica resistência ao cerco da legendaria Lapa, e por essa forma barrando-lhe a progressão rumo à Capital do País, contribuindo assim, de forma decisiva, para a consolidação da República nascente;

b) Prestação por mais de seis anos consecutivos, de serviços aos governos do Paraná, período de 1912 a 1918, destacando-se:

1) Comando do Regimento de Segurança, em substituição ao bravo Coronel João Gualberto Gomes de Sá, morto em ação na luta contra os fanáticos jagunços — do Monje José Maria, nos campos convulsionados do Irani;

2) Comando das forças estaduais em operação no Contestado;

3) Membro do Estado Maior da Divisão Provisória em operações de guerra, sob o comando do General Fernando Setembrino de Carvalho, concorrendo para o restabelecimento da ordem e da tranqüilidade nesta parte conturbada do País;

3) Exercício do cargo em comissão de Inspetor Militar da Força Pública do Estado.

E não foi só esta a sua contribuição à vida pública do Estado, pois, com larga visão, antevendo o futuro progressista do jovem Paraná, ao qual devotava com ardor toda a sua capacidade de trabalho, promoveu a criação do CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ, sendo o seu fundador e primeiro comandante, instalando-o a 8 de outubro de 1912, nesta Capital, cuja organização é hoje um orgulho de todos os paranaenses.

Propõe-se pois, em reconhecimento público e oficial aos relevantes serviços prestados ao Estado, quer na paz, quer em operações bélicas, e em complemento às homenagens que lhe foram tributadas ao ensejo do transcurso do centenário de seu nascimento, ocorrido a 30 de março de 1975, dar-se o seu nome ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná, reverenciando-se desta forma a memória do insigne soldado.

Pedimos o apoio de nossos Pares a esta Proposição.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 75/76

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o Projeto de Lei número 75/76, tem por objetivo denominar "Coronel Fabriciano do Rego Barros", o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná.

A proposição está devidamente justificada pelo seu autor, que relata algumas das atividades exercidas pelo Coronel Fabriciano do Rego Barros, durante a sua vida de militar, as

quais, contribuíram para a criação do valeroso Corpo de Bombeiros do Paraná, chegando a desempenhar as funções de seu primeiro comandante.

Alega-se também que esta homenagem seria uma complementação às que estão sendo prestadas pelo transcurso do centenário de seu nascimento, comemorado em 30 de março de 1975.

Constitucional e juridicamente tal proposição não encontra barreiras à sua aprovação por esta Casa.

Desejo, no entanto, salientar que tal projeto de lei se reveste de um sentido altamente meritório e patriótico e que vem a demonstrar o reconhecimento à personalidade do passado que muito contribuíram, através do seu trabalho e exemplos edificantes, para que as atuais gerações desfrutem de melhores condições de existência. É reverenciando àqueles que, no passado, provaram o seu alto valor e espírito público, através de atitudes e exemplos, que estaremos contribuindo para que haja continuidade na conquista de novos valores e personalidades que marquem as gerações futuras.

Nestas condições, o parecer é favorável ao Projeto, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 76/76, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo denominar de Grupo Escolar Professora "LOURDES MOROZOWSKI", o atual Grupo Estadual do Jardim Eldorado, da cidade de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 76/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dar a denominação de Grupo Escolar Professora "LOURDES MOROZOWSKI", ao Grupo Estadual do Jardim Eldorado, de Paranaguá.

Art. 2º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1976.

(a) NELSON BUFFARA

#### JUSTIFICATIVA:

A saudosa mestra, através dos dotes educacionais que a destacaram no exercício do Magistério, mereceu a confiança de vários Governadores, entre os quais o atual Ministro Ney Braga, Paulo Pimentel e Emílio Gomes, que a mantiveram, por cerca de duas décadas, na direção do Instituto de Educação "Dr. Caetano Munhoz da Rocha", cargo deixado em decorrência do seu falecimento. Homenageada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, com seu nome indicado para uma das ruas da cidade, nada mais justo do que o Estado comungue do sentimento de gratidão e reconhecimento a quem dedicou sua existência à função pública, contribuindo para a formação cultural da mocidade estudantil de Paranaguá.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 76/76

I — A presente iniciativa de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, visa autorizar o Poder Executivo a denominar de Grupo Escolar Professora "LOURDES MOROZOWSKI", o atual Grupo Escolar Estadual do Jardim Eldorado, da cidade de Paranaguá.

II — Examinando a justificativa que acompanha o plano de lei, pudemos constatar que a medida preconizada é das mais justas, porquanto a professora Lourdes Morozowski, se fez merecedora de tal honraria, pelos relevantes serviços prestados à causa do ensino, naquela cidade litorânea.

III — Assim sendo, prazerosamente oferecemos nosso parecer pela aprovação do projeto em tela.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 80/76, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual “Marechal Cândido Rondon”, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 80/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual “Marechal Cândido Rondon”, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1976.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual Marechal Cândido Rondon, com sede na cidade do mesmo nome, já declarada de utilidade pública por aquele município através da Lei número 1206, de 28 de junho do corrente, que vem prestando grandes serviços principalmente aos alunos mais necessitados daquele estabelecimento de ensino através de assistência alimentar, doação de livros, uniformes e assistência médica à alunos desamparados, auxílios financeiros para pagamento de funcionários do estabelecimento, auxílio na construção da quadra esportiva, inaugurada recentemente pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga. Em síntese a cópia dos estatutos em anexo ao presente processo, especificam melhor as suas finalidades, demonstrando condições legais para que possa ser reconhecida. Assim é que apresentamos o presente projeto, que por certo receberá a acolhida dos nobres Pares com assento nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 80/76

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei número 80/76, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual “Marechal Cândido Rondon”, com sede na cidade do mesmo nome.

Analisando-se o processo e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 82/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 89/76, encaminhando anteprojeto de Lei que visa doar ao município de Londrina, área de terras com 14.999,10 m<sup>2</sup>, situada em Jardim Bandeirantes, cidade do mesmo nome, havida pelo Estado conforme transcrição número 23.193, do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 82/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Londrina, o imóvel constituído de uma área de terras de forma retangular, contendo 14.999,10 metros quadrados, situada no “Jardim Bandeirantes”, da cidade de Londrina, adquiridas pelo Estado do Paraná, por escritura pública de doação do Sr. Fernando Fernandes e s/mulher Glória Natividade de Lima Fernandes, Paulo Giachetto Rodrigues e José Giachetto Rodrigues, com a “anuência” do município de Londrina, lavrada aos 4 dias do mês de agosto de 1970, no livro 291-N do 2º Tabelionato de Notas da cidade de Londrina, transcrita sob número de ordem 23.193, às fls. 92 do livro 3/27, de transmissão do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1976.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Lei nº 82/76

O presente projeto de Lei número 82/76, oriundo de Mensagem Governamental número 89/76, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Londrina, o imóvel que especifica, situado no “Jardim Bandeirantes” naquela cidade.

A Mensagem está justificada, argumentando o Chefe do Poder Executivo, que tal doação se está efetivando, por disposições expressas da Lei Municipal número 2343/73, a fim de que o Estado receba por doação daquele município outra área mais adequada para as finalidades a que se propõe, qual seja, a construção do Quartel para o 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 85/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública o “Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 85/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública Estadual o CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS UCRANIANOS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos foi fundado em 12 de dezembro de 1971, funcionando, desde então até esta data, ininterruptamente, com altos serviços prestados na área em que atua.

Pessoa jurídica, com diretores não remunerados, sem fins lucrativos, com tempo de existência legal, o Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos enquadra-se nas normas reguladoras da matéria, ao tempo em que serão também reconhecidos méritos para ser contemplado com o pleiteado pelo presente

projeto de lei.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 85/76

O Projeto de Lei nº 85/76, de autoria do nobre Deputado Enéas Faria, tem por finalidade a declaração de utilidade pública, o "Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos", com sede nesta Capital.

Analisando-se a proposição apresentada através da justificativa e documentação que a acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra às normas estabelecidas pela legislação federal e estadual reguladoras da matéria.

Com isso temos que o projeto está em condições de merecer a **APROVAÇÃO** por esta Casa.

É o **PARECER**.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João da Silva Campos, ocorrido em Palmas. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Resolução números 164/76 e 193/76. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que seja incluído o ensino religioso, como matéria obrigatória nos currículos escolares, a partir de 1977. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, pela instalação de agências bancárias em diversos municípios paranaenses, dentre os quais, a do município de Ivaí. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado à CAFAP, através da Secretaria da Agricultura, pedido de informações, referente às providências adotadas relativa ao surto de febre aftosa. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente da Caixa Econômica Federal, sugerindo-lhes que a parcela dentro do valor arrecadado pela "Boloteca" seja depositada em Caderneta de Poupança ou convertida em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura, referente ao plantel de gado, recentemente adquirido pelo referido órgão. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, solicitei a palavra apenas para dizer que a bancada da ARENA apoia o requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi. Apoia por quê? Porque determinada imprensa do Estado explorou negativamente a importação das matrizes de gado vacum feita pelo Governo do Estado do Paraná numa tentativa de aprimorar o gado leiteiro, a bacia leiteira do Estado, nesta hora em que nos debatemos com uma crise no fornecimento do leite.

Pretendemos demonstrar, com as respostas que por certo virão a esse requerimento, o bom negócio feito pelo Governo do

Estado, na aquisição desse gado vacum.

Houve exploração por parte da imprensa quanto a essa aquisição, denominando de "bezerro de ouro", maldosamente é claro, essa importação. Pretendemos provar que ainda é o transporte aéreo o mais barato para esse tipo de transporte.

Além da origem e qualidade da raça já testada, tem inúmeros outros fatores que virão comprovar a preocupação do Governo do Estado em atender os criadores do Estado.

Esta é a razão porque aprovamos o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi e cumprimentamos S. Exa. pela sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através de órgão competente, seja designada uma Comissão Técnica, para levantamento dos materiais aplicados na construção do prédio destinado ao Ginásio de Abatiá. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito que V. Exa. advirta os Srs. Deputados para que venham ao Plenário para votação deste requerimento, fazendo soar os tímpanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — (Soam os tímpanos). (Pausa).

Em votação o requerimento. — **Aprovado**.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, sob pena de nulidade dos demais requerimentos aprovados, a Mesa não poderá aceitar a Questão de Ordem do nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Claro que a Mesa pode aceitar. Foi pedido e pode aceitar, quantas vezes for pedida a verificação de votação.

Será procedida a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram se conservar sentados. — (Pausa). 12 Srs. Deputados aprovam e 8 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para a votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando ao Departamento de Material, através do Sr. Governador do Estado, a situação do estoque de material escolar. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando que esta Assembléia Legislativa apresente judicialmente, como ato de natureza criminal no exercício da propaganda eleitoral, praticado pelo Sr. Governador Jayme Canet Júnior e pelo Sr. Marcos Léo de Albuquerque Vellozo, ex-Prefeito do município de Santa Isabel do Ivaí.

Como se trata de matéria de tão grande importância, a Mesa vai estudá-lo para ver se aceita ou não.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 03, às 10,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 75/76, 77/76 e 78/76 e de Lei nºs 38/76, 72/76 e 81/76.

A Presidência lembra ainda que haverá uma Sessão Especial, às 15,00 horas de amanhã, dia 02, quinta-feira, em Comemoração à Semana da Pátria. Estão inscritos para falar os Líderes das duas Bancadas.

Levanta-se a sessão.